



ICMS único de 4% para bem importado valerá em 2013



Plenário aprova substitutivo de Eduardo Braga (E) a proposta de Romero Jucá: projeto será promulgado pelo Senado

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que unifica as alíquotas de ICMS nas operações interestaduais com produtos importados, pondo fim à chamada guerra dos portos entre estados

Em dois turnos de votação, o Senado aprovou na noite de ontem proposta que estabelece alíquota única de 4% de ICMS nas transações interestaduais com produtos importados. A proposta não precisa ser analisada pela Câmara

dos Deputados nem pela Presidência da República e valerá a partir de janeiro de 2013. Além de acabar com a chamada guerra dos portos entre estados, governo diz que a medida protege a indústria nacional. Mas estados importadores querem compensação. **5**

Ataque de hackers durante Rio+20, Copa e Olimpíadas preocupa governo **4**

Empresas de táxi-aéreo pedem lei específica para evitar "piratas" **6**



CPI do Cachoeira realiza primeira reunião às 10h

Sessão do Congresso ontem oficializou os integrantes da comissão que investigará as relações entre Carlinhos Cachoeira

e agentes públicos e privados. Senador Vital do Rêgo deve assumir a presidência e o deputado Odair Cunha, a relatoria. **8**

Sessão do Congresso destinada à leitura dos nomes dos parlamentares que integrarão a CPI: 72 senadores e 396 deputados apoiaram a criação da comissão de inquérito



Texto de Lindbergh (E) deve ser votado amanhã. Randolfe preside a comissão

CPI propõe urgência para projeto de novo Ecad **7**

"Direito autoral é conquista histórica"

Afirmção foi feita ontem pela ministra da Cultura, Ana de Hollanda, durante audiência pública na Comissão de Educação sobre denúncias contra o Ecad. Ela reconheceu que é difícil chegar a um consenso sobre o tema. **7**



Wilson Martins, governador do Piauí, e Delcídio do Amaral: apoio da CAE

Piauí terá empréstimo de US\$ 350 milhões **8**

Impressora em braile pode ficar livre de imposto **7**

Isonção de taxa de vestibular para aluno carente **7**



Médico itinerante na Amazônia: faltam profissionais nos locais mais distantes

Para trabalhar no interior, médico quer plano de carreira no SUS

Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, médicos disseram que hoje faltam incentivos para que permaneçam nas cidades mais afastadas. **3**

Comissão retoma discussão sobre o ato médico **3**

Em nota, Sarney condena crime contra jornalista **2**

Programa vai investir em soluções para melhorar o transporte público coletivo nas grandes cidades, como metrô e veículo leve sobre trilhos. Iniciativa atende a política para o setor aprovada pelo Senado

Governo lança nova etapa do PAC Mobilidade Urbana

A PRESIDENTE DO Senado em exercício, Marta Suplicy, participou, ontem, no Palácio do Planalto, de cerimônia em que foram anunciadas as novas cidades que receberão recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade Grandes Cidades. Segundo o Ministério das Cidades, o governo federal vai investir R\$ 22 bilhões em financiamento para as obras de transporte público, como veículo leve sobre trilhos (VLT), linhas de metrô e corredores exclusivos para ônibus. Ao todo, serão beneficiadas as populações de 51 municípios com mais de 700 mil

habitantes em 18 estados. Com as contrapartidas estadual e municipal, o investimento deve chegar a R\$ 32 bilhões. O governo federal já havia anunciado recursos para obras em Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. — O PAC Mobilidade visa atender em especial a população de baixa renda, que é aquela que mais utiliza os transportes de massa — disse a presidente Dilma Rousseff. O ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, afirmou que, ao privilegiar o transporte de massa, o PAC Mobilidade Grandes Cidades está em

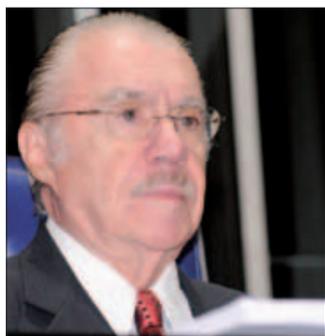
sintonia com o novo marco regulatório do setor. A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12) entrou em vigor no último dia 13. A proposta foi aprovada pelo Senado em 2011. **Grandes cidades** Lançado em 2011, o PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades destina recursos para a implantação de sistema de transporte coletivo nas grandes cidades brasileiras. O programa prevê a qualificação da infraestrutura urbana para garantir acessibilidade, qualidade e conforto aos usuários do transporte público.



Marta, entre Dilma e Gleisi Hoffmann, assiste a anúncio de expansão do programa: 51 cidades receberão investimentos

Após 11 dias, Sarney recebe alta de hospital

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem alta do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, depois de 11 dias de internação. O boletim sobre o estado de saúde do senador foi divulgado na manhã de ontem, dia em que ele completou 82 anos. Por recomendação médica, Sarney, que passa bem, permanecerá por mais uma semana na capital paulista para recuperação. Somente depois desse período, ele retornará às atividades parlamentares. O senador foi internado na tarde de 14 de abril, após ter sentido dores no peito. Na madrugada do dia 15,



visita do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e de senadores, deputados e governadores. Desde que Sarney entrou de licença no dia 17, a Presidência está sendo ocupada por Marta Suplicy (PT-SP), 1ª vice-presidente da Casa. Leia abaixo as informações do boletim: “O senador José Sarney recebeu alta hoje (24/4) do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. O paciente, que foi internado no dia 14/4, passa bem. A equipe médica que assiste o senador José Sarney é coordenada pelo Prof. Dr. Roberto Kalil Filho.”

Sarney lamenta assassinato de jornalista

José Sarney divulgou nota à imprensa ontem lamentando a morte do jornalista maranhense Décio Sá, assassinado em São Luís na segunda-feira. Sarney classifica o crime como atentado à democracia e pede punição rigorosa para os responsáveis. Veja, a seguir, trechos da nota.

“É com grande indignação e profundo pesar pessoal que lamento a morte do jornalista Décio Sá. Brutalmente assassinado, o jornalista foi pioneiro no jornalismo on-line maranhense e tinha como principal virtude profissional a busca pela notícia, pela reportagem investigativa, que a

muitos incomodava. (...) Esse crime hediondo, brutal e cruel tem que ser desvendado para punir os culpados e despertar, cada vez mais, a consciência para a proteção e o respeito à liberdade de imprensa.” Acesse a íntegra da nota no endereço: <http://bit.ly/notaDecioSa>.

Moka elogia investimentos em transporte público

Waldemir Moka (PMDB-MS) classificou o PAC Mobilidade Urbana como um programa “ambicioso e necessário para melhorar a locomoção das pessoas nas grandes cidades”. Moka explicou que Campo Grande receberá do programa investimentos de R\$ 180 milhões. Serão construídos quatro terminais de ônibus, corredores exclusivos, terminais urbanos e um viaduto na saída para São Paulo. — Espero que as obras do



Senador diz que Campo Grande vai ganhar viaduto e terminais de ônibus projeto saiam do papel e sejam executadas para que a nossa cidade seja modelo para o país — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>

- PLENÁRIO: Crédito extraordinário para três ministérios**
14h A pauta da sessão deliberativa está trancada por três medidas provisórias, entre as quais a MP 553/11, que abre crédito extraordinário de R\$ 533 milhões para os ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional.
- CMA: Gestão de águas fronteiriças**
8h30 Audiência pública na Subcomissão Permanente da Água, subordinada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para debater a gestão de águas transfronteiriças. Entre os convidados, o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo.
- CAS: Ausência do trabalho para acompanhar pessoa com deficiência**
9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa, entre outros, projeto que concede ao empregado a possibilidade de ausência ao trabalho, por até sete dias anuais, para acompanhar e assistir dependente com deficiência.
- CCT: Política nacional para explorar terras raras**
9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática debate o desenvolvimento de política nacional para viabilizar a pesquisa e a exploração de terras raras, elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia. O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, Cláudio Scliar, é um dos convidados.
- CCJ: Eleições primárias para a Presidência da República**
10h Entre os itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que disciplina o processo de eleições primárias para a escolha de candidatos a presidente da República e proposta que dispõe sobre a criação da estrutura permanente para as turmas recursais dos juizados especiais federais e cria os respectivos cargos de juizes.
- CE: Audiência sobre o Ato Médico**
10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove audiência pública para instruir substitutivo da Câmara a projeto de lei do Senado que trata do exercício da medicina, o chamado Ato Médico.
- CPI DO CACHOEIRA: Instalação e eleição de presidente e vice**
10h Instalação da comissão parlamentar mista de inquérito destinada a investigar as relações de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com parlamentares e agentes públicos e privados. Em seguida, eleição do presidente e do vice-presidente da comissão.
- CAS: Mudanças nas contas vinculadas do FGTS**
14h A Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, da Comissão de Assuntos Sociais, debate com representantes do Conselho Curador do FGTS mudança na taxa de remuneração das contas vinculadas do fundo.
- CDR: Lei Geral da Copa**
14h Audiência pública da Subcomissão Temporária para a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para debater a Lei Geral da Copa.
- CMCC: Desenvolvimento sustentável nas cidades**
14h A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública para debater o tema “Cidades sustentáveis: meio ambiente urbano no contexto do desenvolvimento sustentável e da mudança do clima”. Participam da reunião representantes dos ministérios do Meio Ambiente e das Cidades; da Frente Nacional de Prefeitos; e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Audiência tenta superar impasse no Ato Médico

O projeto que regula o campo de atuação dos médicos, o chamado Ato Médico, volta a ser debatido hoje no Senado, em audiência na Comissão de Educação proposta por Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), relator da matéria. O senador espera que a comissão ponha fim à polêmica em torno do projeto.

De um lado, estão os médicos, preocupados em delimitar seu espaço profissional. Do outro, os enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e demais profissionais da saúde, que acreditam que os médicos estão tentando tomar para si tarefas que não são deles.

Devem participar do debate representantes dos conselhos federais de Psicologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Biomedicina, Nutricionistas, Enfermagem e Medicina.

Tarefas

— Briga e conflito não resolverão o problema — afirma Cunha Lima.

O projeto está em discussão no Congresso há dez anos. O Ato Médico enumera as tarefas que cabem unicamente aos médicos e quais podem ser compartilhadas com outros profissionais.

O texto diz, por exemplo, que só o médico pode aplicar anestesia geral, fazer cirurgia, internar o doente e dar alta. Por outro lado, permite a outros profissionais tarefas como aplicar injeção, fazer curativo e coletar sangue.

Também afirma que só o médico pode diagnosticar uma doença e decidir sobre o tratamento. Por causa desse ponto do projeto, os demais profissionais acusam os médicos de tentar tirar atribuições que caberiam a eles também.

Para presidente do Conselho de Medicina, médicos deveriam começar em locais distantes e ir para uma cidade maior a cada promoção

Para fixar médicos no interior, entidades propõem plano de carreira

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, médicos disseram que a falta de profissionais nas regiões mais afastadas do Brasil só será resolvida quando for criado um plano de carreira no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para o presidente eleito do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Wilson Alecrim, a distribuição igualitária de profissionais em todo o território brasileiro depende da criação de uma carreira de Estado, com flexibilização de horário, auxílios transporte e alimentação, moradia, boas condições de trabalho, plano de cargos e salários e vínculo empregatício.

O presidente do Conselho Federal de Medicina, Roberto Luiz d'Ávila, defendeu a criação de uma carreira de Estado nos moldes da que existe para juízes. No início da carreira, sugeriu, o profissional trabalharia no interior e, ao progredir, seria transferido para cidades maiores.



O representante da Federação Nacional dos Médicos, Waldir Cardoso, acrescentou:

— O Estado tem de ser o indutor da garantia do acesso da população à saúde. Não podemos trabalhar com a ideia de sensibilizar o médico, que é um trabalhador como qualquer outro. O Estado precisa atuar.

Estrangeiros

Durante a audiência pública, observou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), estudantes amazonenses de

medicina realizavam manifestação contra o projeto de lei da senadora (PLS 15/12) que propõe a revalidação automática de diplomas estrangeiros para profissionais de saúde exercerem a medicina no estado. Os estudantes consideram uma “invasão de seu mercado”.

A parlamentar ressaltou que 30% dos médicos que atuam no Amazonas são estrangeiros, muitos sem registro no Brasil.

Ela garantiu que a intenção não é trazer médicos

incompetentes nem ocupar o lugar dos brasileiros. No entanto, ponderou, há uma carência desses profissionais em localidades em que médicos brasileiros se recusam a trabalhar.

A audiência de ontem foi proposta por Vanessa e por Paulo Davim (PV-RN).

A CAS realizará seminário para discutir medidas que fixem médicos no interior do Brasil. A proposta foi apresentada por Humberto Costa (PT-PE), durante a audiência pública.

Mesmo oferecendo R\$ 25 mil, estado não consegue médicos

O déficit de médicos no interior, disse o representante do Ministério da Saúde na audiência da CAS, Fernando Antônio Menezes da Silva, também tem como causa o afastamento do profissional em determinadas épocas. Quando têm filhos, as mulheres se afastam da profissão. Entre os homens, o afastamento se dá para ocuparem cargos de gestão.

O representante da Secretaria de Saúde do Amazonas, Antônio Evandro de Oliveira, disse que o governo de seu estado tem dificuldade para admitir e manter médicos. Por isso, criou equipes itinerantes destinadas a atender populações em

áreas remotas. Há prefeituras, destacou, que não conseguem médicos mesmo com salário de R\$ 25 mil.

Na avaliação do 1º vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Jorge Curi, o problema de distribuição de médicos tem origem no financiamento deficitário. Para ele, a participação do governo federal deve aumentar.

O representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, José Enio Duarte, sugeriu que comissão do Senado e da Câmara discuta o financiamento. Para ele, o assunto deve ser tratado com os gestores municipais.

Mozarildo pede a criação de um “estatuto da saúde”

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu uma solução definitiva para a baixa interiorização da saúde. Segundo ele, não bastam incentivos para que os médicos passem



um tempo nas regiões mais remotas, muitas vezes sem dispor da estrutura necessária ao atendimento da população.

— Temos de encontrar uma solução que seja definitiva, criar uma espécie de estatuto da saúde para o Brasil que não seja um plano só de governo, mas seja um plano de Estado. Depois da vida, não

há bem maior que a pessoa possa ter que a saúde — disse Mozarildo, que é médico.

Segundo o senador, em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS)

constatou que 455 cidades no Brasil não tinham médicos.

Mozarildo afirmou que a criação de cursos de medicina nas regiões mais distantes, por si só, não soluciona o problema, já que os médicos acabam indo fazer residência em locais com melhores condições de trabalho, ainda que os salários sejam mais baixos.

Governo colocou a saúde na UTI, diz Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o governo “colocou a saúde na UTI”. O senador citou artigo escrito pelo ex-ministro da Saúde Barjas Negri segundo o qual, se o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse



aumentado os recursos destinados ao setor em 0,1% do produto interno bruto (PIB) a cada ano de seu governo, o Sistema Único de Saúde (SUS) teria hoje R\$ 30 bilhões a mais.

No artigo, o ex-ministro (governo

FHC) diz que a carga tributária líquida da União aumentou de 3,3% do PIB em 2002 para 12% em 2011. Enquanto isso, os gastos com a saúde se mantiveram no patamar de 1,6% do PIB.

— Esse é um dado alarmante, mostra que realmente a saúde está relegada ao esquecimento, ao descaso.

Aloysio Nunes afirmou também que a saúde é um dos itens que recebem as piores avaliações da população brasileira.

Avança texto que regulamenta equoterapia

O projeto que regulamenta a equoterapia, método terapêutico e educacional que utiliza cavalos, recebeu parecer favorável de três comissões do Senado. O mais recente foi dado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Agora, o projeto (PLS 264/10) será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor é o ex-senador Flávio Arns (PSDB-PR). Wellington Dias (PT-PI), relator na CAE, disse que “são indiscutíveis os benefícios da equoterapia para a educação, a socialização e o reaprendizado dos portadores de

necessidades especiais”. Ele citou a própria filha, autista.

— A terapia permitiu a ela uma série de movimentos, inclusive andar.

A equoterapia é usada no tratamento de lesões neuromotoras, doenças ortopédicas, disfunções sensoriais e motoras e distúrbios comportamentais e de aprendizagem.

De acordo com o texto, a terapia deve ser conduzida por médico, fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, professor de educação física, pedagogo ou profissional de equitação.

Representantes do governo disseram que trabalham não só contra atentado terrorista, mas também contra ataque com tecnologia; para Ministério da Defesa, invasão a *site* de empresa aérea levaria a caos

Brasil vai se preparar para ataque na Rio+20 e na Copa

REPRESENTANTES DO GOVERNO afirmaram que ataques envolvendo tecnologia devem ser uma das maiores preocupações na segurança dos grandes eventos que ocorrerão no Brasil nesta década, como a Rio+20, a Copa e as Olimpíadas. Eles participaram de audiência pública da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Segundo o subchefe de Operações da Chefia de Preparo e Emprego do Ministério da Defesa, major-brigadeiro do ar Gerson Nogueira, apesar de a preocupação da sociedade

ser maior com atentados terroristas, há outros perigos: — Um *hacker* entra no *site* da Gol, da TAM, da American Airlines e acaba com um grande evento. Estamos trabalhando para combater esse tipo de crime, que geraria um caos muito maior do que matar pessoas.

O diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência da Abin, Carlos Ataíde Trindade, afirmou que a Rio+20, conferência sobre desenvolvimento sustentável, será um desafio por causa das “proporções gigantescas e grandes inovações tecnológicas”.

Segundo Ataíde, as ações de inteligência serão feitas a partir do padrão implementa-

do nos Jogos Pan-Americanos que ocorreram no Rio em 2007. Na época, foi usado um centro de inteligência integrado.

Os representantes dos órgãos de segurança pública responderam que o governo está atento a possíveis atentados terroristas e que a segurança dos eventos será garantida.

Para a presidente da Comissão Mista de Inteligência, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, deve ser objeto de preocupação, pois deve ser o evento com o maior número de participantes e é o menos abordado pela imprensa. (com Agência Câmara)



José Cruz/Agência Senado

Ideli (C) participa de café da manhã com senadores da bancada governista

Ideli Salvatti defende versão do Código Florestal aprovada pelo Senado

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, defendeu, na manhã de ontem, o texto aprovado pelo Senado para o novo Código Florestal (PL 1.876/99, na Câmara). O projeto começou a ser analisado ontem pelos deputados em sessão extraordinária em meio a muita polêmica, após mudanças feitas pelo relator, deputado Paulo Piau (PMDB-MG).

Ideli concedeu entrevista à imprensa após reunião com senadores da base governista, entre eles, Eduardo Braga (PMDB-AM), líder do governo no Senado. Ela afirmou que o projeto enviado à Câmara atende as expectativas de ruralistas e

de ambientalistas.

— Foi construído um texto no Senado que beneficia tanto o setor produtivo quanto aqueles que defendem o meio ambiente. Portanto, é o melhor a ser aprovado no momento — afirmou.

Paulo Piau fez 21 mudanças no texto aprovado pelo Senado, sete delas de mérito, gerando divergências entre os deputados. Na noite de segunda-feira, o líder do PT, deputado Jilmar Tatto (SP), reafirmou que o partido não aceitaria as mudanças propostas pelo relator.

Com a previsão de muitos debates, a expectativa é de que a votação seja concluída apenas hoje.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Rollemberg (D) preside reunião da CMA que aprovou uma série de audiências públicas, com destaque para a saúde

CMA aprova debate conjunto sobre Lei Geral da Copa

Os preparativos para a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014, serão tema de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA), que aprovou, ontem, requerimentos de Anibal Diniz (PT-AC) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) com esse objetivo.

Segundo Rollemberg, o foco da discussão será o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 10/12, que trata das providências para os dois eventos esportivos e altera o Estatuto do Torcedor. A audiência deverá ser promovida em conjunto com as comissões de Educação (CE); Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ); e Assuntos Econômicos (CAE).

Blairo Maggi (PR-MT) aproveitou o tema para anunciar a retomada das atividades da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, presidida por ele e vinculada à CMA. Um cronograma de visitas às 12 sedes do próximo mundial vai marcar o reinício dos trabalhos, interrompidos em 2011.

Saúde

A saúde será tema de outras audiências na CMA. Rollemberg solicitou debate com

representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a política para o descarte seguro de medicamentos com prazo de validade vencido.

Já Pedro Taques (PDT-MT) apresentou três requerimentos para apurar deficiências e desvios nos serviços de saúde. Entre eles, pedido de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) em contratos de emergência com dispensa de licitação nas áreas de saúde e segurança. Segundo afirmou, irregularidades nesses contratos são “um dos maiores ralos” de recursos públicos.

Piso salarial para vigilante passa na CAE

A proposta que cria um piso salarial nacional para os vigilantes passou por mais uma etapa no Senado: foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com modificações que incluem o escalonamento do piso conforme o grau de responsabilidade e risco. O texto será examinado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto de lei (PLS 135/10)

não foi aprovado por unanimidade na CAE. Para o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que criticou a iniciativa, mais uma vez o Congresso cria “despesas para estados, municípios e União” sem ter uma estimativa de custo. A proposta é de Marcelo Crivella (PRB-RJ), hoje ministro da Pesca.

De acordo com o relator da matéria, senador José Pimentel (PT-CE), o piso salarial dos

vigilantes seria dividido em três faixas, segundo o grau de responsabilidade e risco. Para o grau mínimo, o piso seria de R\$ 800; para o grau médio, R\$ 950; e para o grau máximo, R\$ 1.100. O escalonamento havia sido sugerido em relatório anterior do senador Paulo Bauer (PSDB-SC). Os vigilantes, disse Pimentel, têm um papel relevante no aparato de segurança do país.

Anibal Diniz elogia programa de incentivo à pesca no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou programa de incentivo à piscicultura do Acre que, segundo ele, beneficiou mais de mil famílias em 2011, com a estimativa de movimentar cerca de R\$ 350 milhões ao ano. O programa, disse, é uma aposta do governo do estado na lucratividade, sustentabilidade e força do mercado consumidor.

Passo importante, na avaliação de Anibal Diniz, foi a inauguração segunda-feira de indústria de embutidos de peixe no município de Bujari. A previsão é que inicialmente sejam processadas cerca de 13 toneladas de peixe por mês.

— O início dos trabalhos dessa indústria marca um momento sólido da industrialização do peixe no Acre.

O senador registrou o apoio do ministro da Pesca, Marcelo Crivella, e da titular anterior da pasta, Ideli Salvatti.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Anibal: aposta na sustentabilidade

Vanessa alerta para gravidade de cheias no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a cheia deste ano será uma das mais severas no Amazonas. Segundo o Serviço Geológico do Brasil no Amazonas, disse, o rio Negro pode atingir em Manaus a média de 29,67 metros, apenas dez centímetros abaixo da maior cheia já registrada, em 2009.

— A situação é alarmante.

A previsão, segundo a senadora, é de que 31 cidades do Amazonas decretem situação de emergência. Até o momento, 25 cidades, com cerca de 30 mil famílias, já decretaram emergência.

Vanessa disse que as ajudas dos governos estadual e federal às vítimas são fundamentais. Ela destacou o *kit* de medicamentos às famílias atingidas para prevenir que doenças se espalhem e piorarem ainda mais a situação das vítimas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa: 30 mil famílias atingidas

Alíquotas interestaduais sobre importados ficarão em 4% a partir de 2013. Estados importadores reclamam, enquanto governo diz que medida protege indústria nacional

Aprovado ICMS único sobre importados

O SENADO APROVOU ontem a unificação, em 4%, das alíquotas interestaduais do ICMS incidente sobre produtos importados. A medida valerá a partir de 1º de janeiro de 2013. O texto aprovado no Plenário foi o substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) 72/10, e agora vai à promulgação.

O PRS 72/10, de Romero Jucá (PMDB-RR), pedia inicialmente alíquota zero nas transações interestaduais com importados. O substitutivo da CAE foi redigido pelo relator da proposta na comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM).

A intenção da proposta, que tem o apoio do governo, é acabar com a chamada guerra dos portos, incentivos que alguns estados concedem à importação. Em geral, o produto importado é tributado em 18% de ICMS, sendo 12% no estado onde foi desembarcado (origem) e 6% no estado onde será vendido ao consumidor (destino).

Para atrair empresas importadoras e ampliar a movimentação de seus portos, alguns estados de origem dão um subsídio, chamado crédito presumido, que devolve 75% do valor do ICMS pago. Assim, a alíquota de 12% cobrada na origem cai, na prática, para 3%. O total de ICMS pago pelo produto importado fica, então, em 9%: 3% no estado de origem e 6% no estado de destino.

Assim, o subsídio faz com que o produto importado entre no país em condições mais favoráveis do que o produto nacional, que, sem subsídios, paga os 18% da alíquota inicial de ICMS. Isso desfavorece a produção nacional e contribui



Como definição da alíquota do ICMS é prerrogativa do Senado, substitutivo de Braga (sentado, à esq.) não precisa ser analisado pelos deputados nem pela presidente

para a desindustrialização do país, segundo o governo e a indústria.

A discussão da proposta em Plenário foi marcada pelo protesto dos senadores da oposição e também pelos representantes do Espírito Santo, de Goiás e de Santa Catarina, os estados mais prejudicados pela unificação.

Emendas

Duas emendas, dos senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Luiz Henrique (PMDB-SC), estabeleciam compensações, pela União, para os estados prejudicados com o projeto.

Ambas tiveram parecer pela rejeição, apresentados pelos relatores nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), respectivamente Armando Monteiro (PTB-PE) e Eduardo Braga. Líder do governo no Senado, Braga explicou que as emendas “são meritórias”, mas extrapolam a competência do Senado.

Por ser um substitutivo, o texto da CAE foi submetido a duas votações no Plenário.

Na primeira, foi aprovado com 58 votos a favor e 10 contrários. No turno suplementar, por 52 a 12.

Uma emenda apresentada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e por 37 outros senadores passou com 56 votos a 12. Ela excetua da unificação os bens e mercadorias importados sem similar nacional e os que obedecem a processos produtivos básicos — como os da Zona Franca de Manaus.

Justificando posição favorável à emenda, Braga disse que o Senado não poderia ir de encontro a políticas já estabelecidas, como a que define o processo produtivo básico.

Vanessa afirmou que, como o objetivo da matéria é preservar a indústria nacional, fica justificada a isenção para produtos sem similar nacional, assim como para mercadorias protegidas pelos processos produtivos básicos.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou, no entanto, que o projeto traz inconstitucionalidades e criticou a emenda da senadora amazonense.

Discussão e votações em Plenário duraram quase 4 horas

Nas quase 4 horas de discussão e votações do projeto das alíquotas do ICMS sobre importados, manifestaram-se dezenas de senadores. Muitos deles afirmaram que as leis de incentivos fiscais de alguns estados não são as maiores culpadas pela redução da atividade industrial do país.

Paulo Bauer (PSDB-SC) responsabilizou a “falta de uma política de desenvolvimento industrial”; Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o custo Brasil; Mário Couto (PSDB-PA), a corrupção; e Inácio Arruda (PCdoB-CE), a política macroeconômica que levou o Brasil a pagar R\$ 236 bilhões de juros só em 2011.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o projeto acaba com a guerra dos portos, mas não resolve os problemas da indústria nacional. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), faltou avaliar os impactos do projeto nos estados que mais usam a política de incentivos fiscais.

Luiz Henrique (PMDB-SC)

disse que, com a resolução, haverá concentração no Porto de Santos a partir de janeiro. Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou qual estrutura do governo será capaz de certificar que os produtos sobre os quais a alíquota de 4% será aplicada, depois de processados, resultarão em conteúdo de importação superior a 40%.

Cyro Miranda (PSDB-GO), Ana Rita (PT-ES), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lindbergh Farias (PT-RJ) defenderam regra de transição antes da uniformização do imposto.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que irá recorrer ao STF devido a inconstitucionalidades no projeto que, segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), provocará “inúmeras ações judiciais”.

Para o autor, Romero Jucá, o projeto amplia a industrialização e favorece a geração de empregos. E, para Sérgio Souza (PMDB-PR), inaugura na Casa a discussão sobre o pacto federativo.

Comissão rejeita distribuição do FPE proposta por Crivella

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) rejeitou ontem proposta com novos critérios para distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A perda de eficácia das regras para distribuição do FPE, como determinou o Supremo Tribunal Federal (STF), levou o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), atualmente licenciado para dirigir o Ministério da Pesca, a apresentar o PLS 744/11, com uma proposta de repartição do fundo.

No entanto, o relator na CDR, Vital do Rêgo (PMDB-PB), considerou o texto inaceitável. Segundo ele, a proposta acaba com repasses de

bilhões de reais aos estados mais pobres.

Vital afirmou que o PLS 744/11 previa o aumento da participação dos estados das

regiões Sul e Sudeste, de 15% para 80,5%, enquanto o percentual destinado às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste diminuiria dos atuais 85%

para 19,5%. Isso significaria que a cota do governo parai-bano, por exemplo, passaria dos atuais R\$ 3,4 bilhões para R\$ 141 milhões.

Crivella pretendia, com as mudanças, diminuir as perdas que os estados produtores de petróleo podem ter com a aprovação das novas regras para os *royalties* de petróleo — proposta em tramitação na Câmara e já aprovada pelo Senado na forma do substitutivo do próprio Vital de Rêgo.

O PLS 744/11 ainda será analisado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa — sem necessidade de passar pelo Plenário.

Os critérios usados hoje para distribuir o FPE se referem a dados do IBGE de 1989, o que o STF considerou ilegal.



Ana Rita lê relatório de Vital do Rêgo na Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida por Benedito de Lira (D)



Em audiência, debatedores disseram que uma mesma lei para pequenos e grandes aviões, como ocorre hoje, desestimula o serviço regularizado



Catanante (Anac), Coimbra (SAC), senadores Vicentinho (de pé) e Flexa, Santos (sindicato das empresas) e Costa (associação de táxi-aéreos) na audiência ontem

Empresas de táxi-aéreo cobram medidas para inibir “piratas”

REPRESENTANTES DE EMPRESAS de táxi-aéreo disseram ontem no Senado que a aplicação de uma mesma lei para grandes e pequenas aeronaves comerciais, como ocorre hoje, desestimula o serviço regularizado e favorece a atuação de “piratas”. Em debate na Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, eles defenderam mudanças na legislação, para contemplar as especificidades do setor.

O representante do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi-Aéreo, Fernando Alberto dos Santos, explicou que um proprietário de aeronave particular que transporta passageiros mediante remuneração,

cobra menos pelo serviço do que as empresas, pois não recolhe impostos e não adota medidas para o atendimento de requisitos técnicos e legais, inclusive de segurança.

Para coibir esse transporte, Santos cobrou mais fiscalização, mas apontou a falta de pessoal na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para a tarefa. Em resposta, Ricardo Catanante, representante da Anac, explicou que a fiscalização é dificultada pela convivência entre o responsável pela aeronave e os passageiros. Segundo ele, quando abordados, os passageiros negam ter pago pelo serviço e dizem ser “transporte entre amigos”.

Para Milton Arantes Costa, presidente da Associação Brasileira de Táxis-Aéreos, a adequação da legislação é essencial para reduzir preços e favorecer a legalização.

— Hoje, a legislação que rege um voo transcontinental é a mesma para um aparelho monomotor que atua na Amazônia. Se não buscarmos urgentemente legislações diferenciadas para os segmentos, vamos matar qualquer iniciativa.

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS) concordou com a necessidade de atualizar o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86). O relator da subcomissão,

Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que buscará unidade de pensamento sobre o tema, na elaboração do relatório final.

Presidente da subcomissão, Vicentinho Alves (PR-TO) lembrou que as empresas de transporte regular chegam a 140 municípios, enquanto os táxis-aéreos vão a mais de 3 mil.

O secretário de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência, Rogério Coimbra, disse que a população identifica o táxi-aéreo como atividade de luxo, esquecendo o transporte de remédios e comida para áreas remotas, além do deslocamento a plataformas de petróleo.

Ângela destaca aprovação de Dilma e lembra Lula

Ângela Portela (PT-RR) destacou ontem os 64% de aprovação do governo da presidente Dilma Rousseff, apurados em recente pesquisa do instituto Datafolha. Na avaliação dela, os números revelam a escolha dos brasileiros de um projeto que vem mudando o país e que “está dando muito certo” há quase uma década.

— Sem teorizar e sem identificar posições ideológicas à direita, à esquerda ou ao centro, os entrevistados do Datafolha, identificam, sim, um projeto no qual se sentem representados, respeitados e elevados — disse.

A senadora lembrou que a maioria dos entrevistados espera que Luiz Inácio Lula da Silva seja o candidato do PT à Presidência em 2014.

Casildo Maldaner pede construção de ferrovia em SC

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem ao governo federal pressa para a construção de ferrovia que deve atravessar seu estado. A ferrovia vai de Chapecó, no interior, até Itajaí, no litoral, e já foi apelidada de “Ferrovia do Frango” por favorecer o escoamento da produção de aves.

— Em função de nossa geografia e, principalmente, do mapa da produção econômica, marcada pela diversificação e descentralização, com grandes centros produtores afastados da capital e do litoral, as ligações férreas eficientes não são apenas importantes, mas verdadeiramente indispensáveis ao crescimento — disse o senador.

Casildo reclamou da lentidão do governo federal em licitar a ferrovia.

Representação Brasileira no Parlasul aprova acordo com Uruguai

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem parecer favorável à Mensagem Presidencial 43/12, que ratifica acordo firmado entre Brasil e Uruguai para implantar sistema de transporte de cargas e passageiros entre os dois países, na área de influência da Lagoa Mirim. O texto será analisado pela Câmara e pelo Senado.

Segundo o acordo, relatado por Paulo Paim (PT-RS), haverá livre acesso de empresas mercantes brasileiras e uruguaias aos mercados de ambos os países. Brasil e Uruguai comprometem-se ainda facilitar e incrementar a navegação



Deputados e senadores da bancada brasileira no Parlasul analisam acordo entre Brasil e Uruguai sobre transporte fluvial

comercial entre os portos fluviais e lacustres.

— O acordo é mais um passo para a integração e a dinamização da economia em importante região fronteira entre o Brasil e o Uruguai,

visando à criação de serviços de transporte e comunicação eficientes, seguros, regulares e adequados aos requisitos atuais de comércio, desenvolvimento e proteção do meio ambiente e da saúde — disse Paim.

Durante a reunião, foram aprovados dois requerimentos do presidente do Parlasul, Roberto Requião (PMDB-PR). Um deles pede um ciclo de debates sobre os efeitos da crise internacional sobre o Mercosul.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Ana de Hollanda, que ontem participou de audiência sobre denúncias contra o Ecad, direitos autorais são conquista histórica para a dignidade dos artistas

“Autor não vive de vento”, diz ministra em debate no Senado

A MINISTRA DA Cultura, Ana de Hollanda, defendeu o respeito aos direitos autorais, que classificou como “conquista histórica” dos artistas. Ela participou de audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realizada a pedido de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para debater denúncias contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

Há muitos anos, recordou a ministra, o compositor Donga (1890-1974) dizia que música “era como passarinho, pois o primeiro que pega é o dono”. O respeito aos direitos autorais, ressaltou, ocorreu após uma “luta de muitas décadas” e envolveu artistas como Chiquinha Gonzaga.

— Acompanhei as lutas dos anos 60 e 70 de toda a vanguarda cultural a favor do direito à dignidade do artista como profissional e ser humano. Fico assustada quando vejo essa campanha pelo retrocesso. O autor não vive de vento, vive de seu trabalho. Me acusam de ser uma pessoa presa ao passado. Não sou presa ao passado, sou presa aos direitos conquistados com muita



Ministra defende direitos autorais ao lado do secretário executivo do ministério, Vitor Ortiz (E), e do senador Requião

dificuldade — afirmou.

Presidente da CPI do Ecad (*leia matéria abaixo*), Randolfe disse que o regime brasileiro de direito autoral foi considerado o quinto pior do planeta segundo pesquisa do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Ele perguntou por que o ministério cancelou edital publicado no governo passado para criação de entidades de gestão coletiva para o audiovisual.

O senador também quis saber por que o ministério havia decidido substituir uma nota técnica da gestão anterior em processo no

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Para ele, esse gesto poderia ter sido interpretado como de favorecimento ao Ecad.

Sobre o edital, Ana de Hollanda informou que foi cancelado por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU). Quanto à questão do Cade, a ministra informou que a nova nota técnica foi feita por solicitação do Ministério Público. Seu texto seria semelhante ao elaborado sobre o mesmo tema durante a gestão do ministro Gilberto Gil.

Ana de Hollanda disse que é difícil chegar a um consenso

sobre os direitos autorais. Ela afirmou que busca-se maior transparência na gestão desses direitos e que está sendo analisada a criação de um instituto destinado a regulamentar o tema.

Música ambiente

Ao final do debate, presidido por Roberto Requião (PMDB-PR), Ana Amélia (PP-RS) comentou a perplexidade de empresários de turismo do Rio Grande do Sul com a obrigatoriedade de pagamento de direitos autorais pelo uso de música ambiente nos quartos de hotéis.

Governo quer educação e cultura mais próximas

O governo deve investir R\$ 142,5 milhões este ano no Programa Mais Cultura, Mais Educação, destinado a 8 mil escolas, 3 mil professores e 2 milhões de alunos, informou Ana de Hollanda na CE. Segundo ela, a iniciativa faz parte do esforço do governo para ampliar a parceria entre as áreas de cultura e educação.

— Os ministérios de Educação e da Cultura estão separados desde 1985, e a sociedade sempre reclamou de falta de conjugação entre os dois — afirmou a ministra, lembrando que serão selecionadas 5 mil propostas de atividades de intercâmbio entre instituições culturais e escolas.

Também está prevista para este ano a criação da Rede de Cidadania Cultural, por meio da qual serão investidos R\$ 300 milhões na construção de 359 praças dos esportes e da cultura e R\$ 114 milhões nos pontos de cultura.

O presidente da comissão, Roberto Requião, elogiou a atuação de Ana de Hollanda por “afastar-se da cultura como indústria e evento”.

CPI do Ecad propõe novas leis e órgãos para direitos autorais

O relatório final da CPI que investigou o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) recomenda a aprovação, em regime de urgência, do projeto do novo Sistema de Gestão Coletiva de Direitos Autorais.

O texto do relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), apresentado ontem, deve ser votado amanhã. O projeto proposto pela CPI estabelece normas para o exercício das atividades do Ecad e das associações que cuidam de

direitos autorais. Prevê que as emissoras de rádio e televisão disponibilizarão trimestralmente na internet planilhas com a relação completa das obras musicais executadas.

O relatório também recomenda ao Executivo criar o conselho e a secretaria nacionais de Direitos Autorais (CNDA e SNDA), subordinados ao Ministério da Justiça, com competência para regular, mediar conflitos e fiscalizar a gestão coletiva de direitos

autorais. Propõe ainda que o Executivo envie com urgência ao Congresso a proposição que trata da reforma da Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

Críticas à falta de transparência das finanças e da gestão dos recursos compõem o relatório, que identifica na atuação do Ecad práticas como cartel e monopólio. As informações serão enviadas ao Ministério Público. Lindbergh disse que as denúncias investigadas pela CPI revelam a necessidade

de uma profunda reforma na gestão dos direitos autorais.

— O Ecad está distante do que reivindica a classe artística, protagonizando toda sorte de desvios e ilícitos — disse o parlamentar.

Randolfe Rodrigues, presidente da CPI, destacou pesquisa que aponta o regime brasileiro de direitos autorais como o quinto pior no mundo.

O professor Ronaldo Lemos, diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de

Direito da Fundação Getúlio Vargas (CTS/FGV), disse que o Ecad precisa ficar subordinado a uma instância pública de regulação e fiscalização. Para ele, a nova legislação sobre o tema deve atentar para o uso das novas tecnologias na reprodução musical. Lemos foi o responsável pela elaboração do anteprojeto sobre a gestão coletiva de direitos autorais.

O relatório de Lindbergh pode ser acessado na internet: <http://bit.ly/relatorioEcad>.

Aprovada isenção de taxa de inscrição no vestibular para candidato com baixa renda

Isenção da taxa de inscrição no vestibular das instituições federais de ensino para candidatos com baixa renda foi aprovada terminativamente ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Originário da Câmara, o texto aprovado (PLC 62/11) estabelece que o candidato deve comprovar renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio e ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista

integral na rede privada.

O projeto deverá retornar ao exame dos deputados, já que durante a tramitação no Senado foram feitas mudanças incluindo outras condições para a gratuidade.



Projeto de Ciro Nogueira, entre Vanessa e Wellington, beneficia deficiente visual

Incentivo fiscal para impressoras em braile pode beneficiar deficientes visuais

As impressoras de caracteres braile podem ficar isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação e nas operações realizadas no mercado interno, conforme projeto aprovado

ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na justificativa da proposta, o autor, Ciro Nogueira (PP-PI), argumenta que a produção de documentos impressos pelo sistema braile é de “excepcional importância” para centenas de milhares de brasileiros que sofrem de deficiência visual severa.

Como foi aprovada na forma de substitutivo, a proposição (PLS 361/11) será submetida à votação em turno suplementar.

Paim apoia agilidade para diplomas estrangeiros

Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio à proposta que dá tratamento diferenciado aos diplomas expedidos por instituição de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência (PLS 399/11). Paim também defendeu mecanismos mais ágeis na revalidação e no reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Parlamentares se reunirão para escolher presidente e relator da comissão de inquérito; deverão ser oficializados nos postos, respectivamente, o senador Vital do Rêgo e o deputado federal Odair Cunha

Com membros escolhidos, CPI faz 1ª reunião hoje

A COMPOSIÇÃO DA comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista do Caso Cachoeira foi oficializada ontem, com a leitura dos nomes dos indicados pelos blocos partidários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Escolhidos os membros, a comissão será instalada hoje, às 10h, quando serão eleitos o presidente e vice-presidente e será designado o relator.

A presidência da CPI mista deverá ficar a cargo do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que aceitou o convite feito pelo líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

A relatoria deverá ficar com o deputado federal Odair Cunha (PT-MG).

A partir da instalação, a comissão parlamentar de inquérito terá prazo de 180 dias para concluir as investigações.

A CPI será integrada por 32 titulares (16 deputados e 16 senadores) e seus respectivos suplentes.

Com base no cálculo da



Vital do Rêgo e Odair Cunha: indicados para serem presidente e relator da CPI

proporcionalidade, previsto no Regimento do Congresso, PT e PMDB foram os partidos que ocuparam mais vagas: cinco cada — duas de senador e três de deputado para o PT, e três de senador e duas de deputado para o PMDB.

O PSDB ficou com duas vagas de senador e duas de deputado. PDT, DEM, PSB, PCdoB, PTB, PP e PR ficaram com uma vaga de senador e uma de deputado.

PV e PSD terão somente uma vaga de senador, e PSC e PPS ficaram com uma vaga

de deputado cada um.

Ainda faltam ser indicados seis suplentes de senadores.

A CPI foi instalada em uma sessão conjunta do Congresso Nacional presidida pela deputada federal Rose de Freitas (PMDB-ES).

O requerimento para a criação da CPI foi assinado por 72 senadores e 396 deputados. A comissão vai investigar as relações de agentes públicos e privados com o contraventor Carlinhos Cachoeira, preso recentemente em operação da Polícia Federal.

Soulo Cruz/CO

Simon: corruptor deve também ser investigado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a CPI para investigar a relação de agentes públicos e privados com Carlinhos Cachoeira.

Para ele, a CPI será a oportunidade de se investigarem não só os corruptos, mas também os corruptores — empresários que oferecem dinheiro a agentes públicos em troca de benefícios.

Segundo ele, várias CPIs foram criadas, muitos parlamentares e até um presidente foram cassados, mas nunca se conseguiu investigar os empresários corruptores.

— Nunca conseguimos, mas desta vez já tem um empresário corrupto, praticamente claro, esse ilustre cidadão dessa empreiteira Delta, campeã das obras do PAC, que declara que senador, com R\$ 20 milhões ou R\$ 50 milhões, compra o que quer para fazer o que quer.

Comissão será um “BBB político”, diz Ana Amélia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) disse que os usuários de redes sociais usarão a internet para “seguir os passos” da CPI do Cachoeira.

— Iremos viver aqui um BBB político, um *reality show* em que o derrotado deve ser o corrupto e o vencedor deverá ser a verdade.

A senadora se disse assombrada com o grande poder mobilizador das redes sociais. Ela lembrou a influência da internet na organização de movimentos como a Primavera Árabe, que resultou na queda de regimes e líderes que ocupavam o poder por longos anos.

Diante da expectativa de acompanhamento da sociedade, Ana Amélia apontou a necessidade de os representantes adotarem uma atitude comprometida com a investigação rigorosa de todas as denúncias.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Autorizado empréstimo de US\$ 350 milhões para o Piauí

Autorização para o Piauí contratar empréstimo de US\$ 350 milhões do Banco Mundial foi aprovada pelo Senado, em votação simbólica. O empréstimo é destinado ao programa de desenvolvimento sustentável do estado.

Também ontem, antes de ir para o Plenário, o projeto de resolução foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na ocasião, senadores defenderam a suficiência das garantias apresentadas pelo Piauí, apesar de um parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ter avaliado a capacidade de pagamento do estado como insuficiente para o recebimento da garantia da União.

Em seu relatório na CAE, José Pimentel (PT-CE) defendeu a concessão da garantia da União e citou inclusive outro parecer da STN nesse sentido. O relator argumentou que o Piauí ofereceu contragarantias suficientes e que o projeto de desenvolvimento sustentável do estado é considerado

relevante pelo governo federal.

Wellington Dias (PT-PI) salientou que o endividamento do Piauí caiu do dobro da receita corrente líquida, em 2002, para a metade. Essa melhoria, de acordo com o senador, foi proporcionada pelo aumento da receita do estado de R\$ 580 milhões, em 2002, para os atuais R\$ 2 bilhões. Wellington acrescentou que o Piauí “fez o dever de casa” e que o financiamento externo dará sustentação ao desenvolvimento do estado, cujo produto interno bruto (PIB) subiu de R\$ 7 bilhões em 2002 para R\$ 21 bilhões em 2010.

Ciro Nogueira (PP-PI) e João Vicente Claudino (PTB-PI) também destacaram o potencial de crescimento do Piauí.

O governador do estado, Wilson Martins, que acompanhava a votação, disse que o Piauí está “absolutamente consolidado do ponto de vista fiscal e pronto para se tornar uma das mais importantes fronteiras agrícolas do país”.



Para Wellington (E) e Pimentel, contragarantias oferecidas pelo Piauí são suficientes

Comissão adia a votação de Fundo do Entorno do DF

Pedido de vista coletiva adiou a votação, na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), da proposta que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal. O PLS 206/08, do ex-senador Marconi Perillo, hoje governador de Goiás, objetiva assistir financeiramente os municípios da região.

Segundo Marconi, a maior parte das pessoas que se instalam no Entorno do DF carece de qualificação profissional e se junta ao contingente populacional de desempregados e subempregados. A falta de serviços públicos as leva a recorrer às redes de saúde e de educação do DF, que ficam sobrecarregadas. “Além disso, a área de segurança pública sofre os reflexos da expansão populacional desordenada”.

O fundo, segundo a proposta, terá como fontes de recursos verbas da Lei Orçamentária da União e dos orçamentos de

Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal e dos municípios do Entorno, contribuições de entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais, aplicações financeiras e transferências de outros fundos.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), ressaltou “a extrema importância de um auxílio para tentar modificar a realidade local”. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou que a região metropolitana de Brasília é uma das mais violentas do país, e destacou que, enquanto o PIB *per capita* anual do DF é de R\$ 50 mil, o de Águas Lindas de Goiás (GO), por exemplo, é de pouco mais de R\$ 2 mil.

A proposição agora será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Também ontem, a CDR decidiu alterar a data de suas reuniões, que passarão das terças para as quintas-feiras.

Valadares: Ayres Britto, do STF, orgulha país

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou a posse, semana passada, do ministro Ayres Britto na presidência do Supremo Tribunal Federal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Pela primeira vez, um sergipano ocupa a cadeira mais importante do Judiciário. Sua história de vida e sua trajetória profissional

honram o trabalho e a inteligência do povo de Sergipe e de todos os brasileiros que batalham por um país cada vez mais livre, justo e democrático.

Segundo Valadares, Ayres Britto foi relator de casos importantes, como a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias.

O senador lamentou o fato de

o mandato de Britto ser curto, em razão de sua aposentadoria compulsória, em novembro — quando completa 70 anos.

Ele comunicou que apresentará uma emenda à proposta que eleva de 70 para 75 anos o limite para aposentadoria compulsória. Segundo ele, a alteração permitirá que presidentes de tribunais terminem o mandato mesmo que tenham ultrapassado a idade limite.